

Parecer do Comité das Regiões Europeu — Uma estratégia europeia para a indústria: o papel e o ponto de vista dos órgãos de poder local e regional

(2018/C 247/07)

Relator: Heinz Lehmann (DE-PPE), deputado ao Parlamento do Estado Federado da Saxónia

Texto de referência: Comunicação da Comissão — Investir numa indústria inteligente, inovadora e sustentável — Uma Estratégia de Política Industrial renovada da UE

[COM(2017) 479 final]

RECOMENDAÇÕES POLÍTICAS

O COMITÉ DAS REGIÕES EUROPEU

1. acolhe favoravelmente a comunicação da Comissão ⁽¹⁾ como um passo adicional importante e insta a Comissão a desenvolver uma estratégia de política industrial ambiciosa para a UE nesta base e da forma solicitada pelo Conselho Europeu ⁽²⁾, pelo Parlamento Europeu ⁽³⁾, pelo Conselho (Competitividade) ⁽⁴⁾, pelo CR ⁽⁵⁾ e pelo grupo Amigos da Indústria ⁽⁶⁾;
2. insta a uma estratégia de política industrial a nível europeu que dê resposta, no presente e no futuro, aos desafios, às oportunidades e aos fatores da competitividade industrial num contexto global; é de opinião que esta estratégia, partindo de uma visão articulada, deve ser concebida para a indústria europeia num horizonte temporal a médio prazo e continuar a ser desenvolvida para se focalizar em 2030 e mais além;
3. solicita que esta estratégia seja dotada de uma forte dimensão territorial, tendo em conta as especializações inteligentes regionais; recorda a missão partilhada e contínua, nos termos do artigo 173.º do TFUE, de criar uma política industrial europeia eficaz, e manifesta-se disposto a apoiar a Comissão, o Conselho e o Parlamento numa relação de parceria, especialmente tendo em conta que a execução da estratégia exige um compromisso comum e esforços conjuntos de todos os intervenientes a todos os níveis;
4. preconiza uma estratégia industrial horizontal, com objetivos, medidas estratégicas e indicadores, com avaliações de impacto rigorosas e com um quadro adequado de supervisão e gestão; apela para ações específicas a aplicar, de forma orientada, aos setores que enfrentam mutações económicas e aos setores com elevado potencial de crescimento; sublinha que a estratégia deve destacar, em especial, a inovação, as tecnologias facilitadoras essenciais, os projetos importantes de interesse europeu comum, a digitalização e as PME, dada a sua importância transversal;

⁽¹⁾ Comunicação da Comissão — Investir numa indústria inteligente, inovadora e sustentável — Uma Estratégia de Política Industrial renovada da UE [COM(2017) 479 final].

⁽²⁾ Conclusões do Conselho Europeu de 15 de dezembro de 2016 e de 22 e 23 de junho de 2017.

⁽³⁾ Resolução do Parlamento Europeu, de 5 de julho de 2017, sobre a construção de uma estratégia industrial ambiciosa da UE como prioridade estratégica para o crescimento, o emprego e a inovação na Europa [2017/2732(RSP)].

⁽⁴⁾ Conclusões sobre «Uma futura estratégia para a política industrial da UE», Conselho (Competitividade), 29 de maio de 2017 (283/17); Conclusões sobre «Uma estratégia de política industrial renovada da UE», Conselho (Competitividade), 30 de novembro de 2017 (705/17).

⁽⁵⁾ Parecer do CR — Reforçar a indústria europeia em prol do crescimento e da recuperação económica, adotado em 11 de abril de 2013.

Parecer do CR — Setor do aço: Preservar o emprego e o crescimento sustentáveis na Europa, adotado em 15 de junho de 2016 (COR-2016-01726-00-PAC-TRA).

⁽⁶⁾ Declaração Conjunta de Varsóvia por ocasião da quarta conferência ministerial dos Amigos da Indústria, realizada em Varsóvia, em 22 de abril de 2016;

Declaração de Berlim: declaração conjunta sobre a política industrial por ocasião da quinta conferência ministerial dos Amigos da Indústria, realizada em Berlim, em 30 de junho de 2017.

A indústria europeia numa nova era

5. salienta que a indústria é de importância vital para as regiões e os municípios da Europa — como fonte de 50 milhões de postos de trabalho, exportação e inovação — e que assegurar a futura competitividade da indústria europeia num contexto mundial em rápida mutação é determinante para um desenvolvimento equilibrado e sustentável;
6. chama a atenção para a importância relativamente elevada do comércio externo para a criação do PIB (83,05 % em 2015)⁽⁷⁾; defende, por isso, um enfoque maior no estímulo do consumo interno, o qual assegura o funcionamento estável da indústria da UE e acelera o crescimento;
7. entende que, a fim de salvaguardar a paz social, o crescimento endógeno deve ser possível em todos os locais, para que todas as regiões, inclusive nas zonas rurais, possam participar na criação de valor e tenham a oportunidade de criar e manter postos de trabalho qualificados a nível local;
8. defende a criação de um contexto favorável à inovação e incentiva, ao mesmo tempo, que os desafios económicos sejam superados, a fim de promover a aceitação das atividades industriais na sociedade, em todos os níveis: desde os jardins-de-infância até à administração, passando pelas empresas;
9. assinala que as mudanças induzidas pelo avanço da digitalização dos modelos empresariais ocupam, cada vez mais, um lugar central no futuro desenvolvimento, de modo que deverá existir futuramente, na intervenção do Estado, uma diferenciação não só dos setores, mas também dos modelos empresariais;

Tornar a indústria europeia mais forte

10. solicita que se mantenha o objetivo estratégico de que o setor industrial represente 20 % do PIB após 2020;
11. é de opinião que as oportunidades de a Europa manter e expandir uma indústria competitiva a nível mundial dependem da sua própria soberania tecnológica;
12. entende que devem ser criadas e mantidas condições equitativas na concorrência europeia e mundial, também em prol das tecnologias de importância estratégica para a Europa (por exemplo, microeletrónica, células de bateria);
13. lembra que as condições-quadro decorrentes de outros domínios de regulamentação, que apenas têm um efeito restritivo para as empresas na UE (como, por exemplo, a regulamentação de certas substâncias), podem conduzir à cessação de atividades comerciais ou à sua deslocalização para países terceiros, com implicações para toda a cadeia de valor na UE;
14. sublinha a relevância estratégica dos projetos importantes de interesse europeu comum para a competitividade da indústria europeia; exorta a Comissão a aproveitar de forma consequente o potencial daí decorrente; congratula-se com a proposta da Comissão de criar fóruns estratégicos a montante, a fim de melhorar a coordenação dos intervenientes internacionais; solicita o desenvolvimento coerente e atempado destes projetos, tomando em consideração as experiências recolhidas;
15. acolhe com agrado as observações da Comissão sobre a indústria da defesa; apoia uma abordagem estratégica coordenada, devido à sua elevada importância a nível económico, tecnológico e da política de segurança. O Fundo Europeu de Defesa deve poder igualmente ser aproveitado para a investigação e dotado de uma rubrica orçamental própria;
16. salienta a importância das indústrias marítimas para enfrentar os desafios da economia azul e explorar plenamente o seu potencial comum, e congratula-se com o êxito alcançado, nomeadamente nos domínios dos navios de passageiros e das energias marítimas renováveis; apela para a possibilidade, após a conclusão da iniciativa LeaderSHIP 2020, de elaborar um roteiro de apoio às indústrias marítimas, mediante a articulação de todos os domínios de política europeia;

⁽⁷⁾ Dados do Banco Mundial — Comércio (% do PIB) [<https://data.worldbank.org/indicator/NE.TRD.GNFS.ZS>], 7.1.2018.

Um mercado único justo e mais aprofundado: capacitar as pessoas e as empresas

17. partilha da visão de que um mercado único de bens e serviços funcional pode facilitar a integração das empresas nas cadeias de valor mundiais, pelo que este é imprescindível para o êxito da indústria europeia;
18. lembra que o mercado europeu é mais importante para as regiões do que o mercado mundial, e defende a implementação da Estratégia para o Mercado Único⁽⁸⁾, a aplicação efetiva da legislação relativa ao mercado único, bem como a oposição inequívoca a medidas bilaterais adotadas dentro da UE com efeitos de compartimentação (por exemplo, os acordos bilaterais de investimento intra-UE); realça que os serviços às empresas competitivos são recursos cada vez mais importantes para a produtividade e a competitividade dos custos da indústria transformadora;
19. apela para uma maior flexibilização da contratação pública, a fim de permitir que os poderes públicos se tornem mais favoráveis à inovação e abertos à tecnologia;
20. congratula-se com a adoção do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, mas salienta a necessidade de o complementar com uma agenda social europeia forte, que abra caminho, por exemplo, à convergência dos salários reais em sintonia com a produtividade;
21. salienta que os trabalhadores especializados e gestores com um percurso de formação profissional constituem a espinha dorsal produtiva de numerosas empresas, nomeadamente também das PME; recorda que um elevado nível de qualificações e um equilíbrio entre a prática e a formação teórica são decisivos para os setores industriais altamente especializados, com utilização intensiva de tecnologia e de conhecimentos;
22. recorda a responsabilidade dos níveis nacional ou regional pela elaboração de estratégias para a aquisição e a manutenção de competências essenciais;

Modernizar a indústria para a era digital

23. salienta que a questão fundamental do futuro digital só pode centrar-se em adequar melhor a indústria e a sociedade no seu conjunto às exigências do futuro;
24. recorda a obrigação para os órgãos de poder local e regional de desenvolver, com uma visão de futuro, todas as infraestruturas necessárias para a digitalização, mantendo-se abertos a todas as soluções técnicas e adotando uma boa combinação de sistemas de banda larga, radiofrequências e gestão digital, bem como as respetivas compatibilidades;
25. lembra que os bons exemplos dos cálculos da relação custo-benefício realizados no âmbito da introdução de tecnologias digitais em empresas estabelecidas podem reduzir os obstáculos associados ao lançamento e à utilização e apoiar a transição do modelo empresarial, e apela para a promoção de infraestruturas de apoio às PME no processo de digitalização (plataformas de inovação digital);
26. solicita à Comissão que estabeleça também no 9.º Programa-Quadro de Investigação e Inovação o objetivo de colocar a indústria europeia na vanguarda; propõe que se intensifiquem os esforços para atingir o objetivo de 3 % do PIB para a despesa em I&D, bem como que a capacidade de transformação e de inovação da indústria seja reforçada através de outras plataformas temáticas com vista à modernização industrial, tais como, por exemplo, parcerias para novos métodos de produção, produção sustentável, impressão 3D e indústria 4.0;

⁽⁸⁾ Parecer do Comité das Regiões Europeu — Melhorar o Mercado Único, de abril de 2016 [relator: Alessandro Pastacci (IT-PSE)]; Parecer do Comité das Regiões Europeu — Pacote «Serviços»: Uma economia de serviços que funciona para os europeus, de outubro de 2017 [relator: Jean-Luc Vanraes (BE-ALDE)].

Consolidar a liderança da Europa numa economia circular e hipocarbónica

27. partilha do ponto de vista da Comissão, do Parlamento e do Conselho no que toca à liderança da Europa numa economia circular hipocarbónica, dando um contributo essencial para a execução do Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas; recorda o seu apelo para que os instrumentos de política ambiental, climática e energética sejam configurados a nível nacional e da UE de modo que os setores económicos com utilização intensiva de energia e que dependam do comércio externo não fiquem sujeitos a encargos desproporcionais ou que a sua competitividade internacional não fique comprometida;

28. solicita uma promoção eficaz das indústrias extrativas nacionais na prospeção, extração e utilização de matérias-primas primárias, no encerramento globalmente útil de ciclos de materiais, bem como na substituição com vista a reduzir a dependência das importações de matérias-primas; insta ao reforço da cooperação europeia para melhorar a eficiência na utilização dos recursos e a produção aditiva, e apela para que os modelos empresariais funcionais e colaborativos sejam apoiados principalmente através de incentivos positivos;

29. concorda que o desenvolvimento e a produção de sistemas de armazenamento de energia são decisivos para o funcionamento de uma economia hipocarbónica na UE; apela para que não sejam colocados obstáculos ao desenvolvimento deste setor na Europa; solicita que se mantenha o equilíbrio entre os objetivos de poupança de emissões de CO₂ e a segurança do aprovisionamento;

Apoiar a inovação industrial no terreno

30. congratula-se com o conceito de especialização inteligente desenvolvido pela Comissão e solicita que se dê resposta às novas potencialidades, por exemplo, através do projeto Cross Innovation, uma vez que a internacionalidade, a interdisciplinaridade e a diversidade de perspetivas constituem elementos essenciais de processos de inovação abrangentes;

31. lembra que as redes regionais e inter-regionais, como o agrupamento MERGE para a construção de materiais leves ou a Iniciativa Vanguard, invertem a espiral negativa da emigração, da iminência da escassez de mão de obra qualificada e da economia em pequena escala, reforçam a imagem das regiões em causa enquanto polos de inovação, aumentam os incentivos para a criação de novas empresas e para a fixação de polos empresariais e podem estimular a emergência de novas cadeias de valor;

32. recorda as propostas de simplificação para as empresas em fase de arranque e em expansão ⁽⁹⁾;

33. reconhece a reforma abrangente dos auxílios estatais realizada em 2014, que conduziu a uma simplificação significativa dos procedimentos para as empresas e para os órgãos de poder local e regional; apela, no entanto, para uma melhoria substancial da promoção de iniciativas de agrupamentos de empresas (artigo 27.º do RGIC) aumentando as taxas de financiamento; solicita igualmente que se privilegiem, no futuro, agrupamentos e redes de agrupamentos transfronteiras, bem como financiamentos mistos, em especial para infraestruturas-piloto e protótipos;

Dimensão internacional

34. está consciente da importância da integração da indústria europeia nas cadeias de valor mundiais e de que apenas os contratos comerciais, o reconhecimento mútuo de normas e a eliminação das barreiras comerciais pautais e não pautais garantem um acesso livre e equitativo aos mercados mundiais;

35. congratula-se, em particular, com o reforço dos instrumentos de defesa comercial, a fim de criar condições equitativas no comércio mundial, em especial para os setores industriais tradicionais, como o setor siderúrgico ⁽¹⁰⁾;

⁽⁹⁾ Fomentar as empresas em fase de arranque e em expansão na Europa: o ponto de vista local e regional (COR-2017-00032-00-01-AC-TRA).

⁽¹⁰⁾ Parecer do Comité das Regiões Europeu — Setor do aço: Preservar o emprego e o crescimento sustentáveis na Europa, de junho de 2016 [relatora: Isolde Ries (DE-PSE)].

36. solicita que os países signatários da COP sejam instados a transpor para normas nacionais, de forma completa e célere, os objetivos de redução acordados e espera que todas as partes envidem esforços para evitar o *dumping* ambiental e todos os seus efeitos negativos;

37. solicita que os órgãos de poder local e regional sejam associados à definição dos domínios estratégicos que são pertinentes para um escrutínio dos investimentos diretos estrangeiros;

Parceria com os Estados-Membros, as regiões, as cidades e o setor privado

38. destaca o papel fundamental que as regiões e os ecossistemas regionais — que é onde melhor se desenvolve o diálogo entre as PME, as universidades e centros de investigação e os órgãos de poder local — desempenham na modernização industrial e apela para uma abordagem de base local na política industrial europeia; sublinha que os órgãos de poder local e regional dispõem de importantes poderes e competências em domínios de intervenção como a investigação e a inovação, a educação e as qualificações, o fomento das exportações, as infraestruturas, as PME e a regulamentação;

39. considera-se um parceiro ativo da Comissão, do Parlamento e do Conselho; congratula-se com a proposta da Comissão de realizar anualmente um Dia da Indústria e, em especial, com a ênfase temática nas tecnologias facilitadoras essenciais e nos projetos importantes de interesse europeu comum, tal como previsto para 2018; congratula-se com a proposta da Comissão de criar uma Mesa-Redonda Industrial de Alto Nível e solicita que os órgãos de poder local e regional sejam associados de forma intensiva ao debate sobre a definição das tecnologias facilitadoras essenciais que são estrategicamente importantes para a Europa; solicita a participação ativa das partes interessadas regionais, tais como empresários, parceiros sociais e sociedade civil; saúda as ações-piloto que prestam apoio a nível local em regime de parceria para enfrentar os desafios das mudanças estruturais.

Bruxelas, 23 de março de 2018.

O Presidente
do Comité das Regiões Europeu

Karl-Heinz LAMBERTZ
